

# Planalto faz ofensiva para aprovar presidencialismo

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto desencadeará hoje uma ofensiva na Constituinte envolvendo seus líderes, ministros e governadores afinados com as teses defendidas pelo presidente Sarney, numa operação para garantir a aprovação do sistema presidencialista de governo e o mandato de cinco anos.

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, será o último a ser recebido em audiência por Sarney, às 11h, quando o presidente encerrará o expediente para acompanhar os trabalhos da Constituinte. O presidente suspendeu a viagem que faria na próxima quinta-feira ao Maranhão e ao Piauí.

A ofensiva foi combinada durante o final de semana, quando, retornando às pressas de uma viagem ao Pantanal Matrogrossense, Sarney recebeu do general Leônidas a informação de que as Forças Armadas consideravam inviável a realização de eleições presidenciais este ano e achavam mais adequado ao país a manutenção do presidencialismo.

O chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, convocou por telefone os governadores às pressas a Brasília para participar da operação. A convocação foi decidida pelo presidente, que o incumbiu de fazer o apelo na tarde e na noite de domingo. Em jatinhos dos governos estaduais, os governadores afinados com o Planalto começaram a desembarcar em Brasília ontem à tarde.

Para conversas em grupos ou isoladas com o presidente, passaram pelo palácio Newton Cardoso (MG), Geraldo José de Melo (RN), Antônio Carlos Valladares (SE), Amazonino Mendes (AM), Tarcísio Burty (PB), Epitácio Cafeteira (MA), Alvaro Dias (PR), Tasso Jereissati (CE) e até o de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, que não tem bancada na Constituinte.

**Inversão** — A pressão dos governadores — que hoje cedo devem ter uma conversa para avaliar a situação de suas bancadas e dividir tarefas na atuação junto ao plenário —, não é a única estratégia do Planalto para o dia de hoje. Além de garantir os 280 votos necessários à aprovação da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena, a orientação do Planalto, segundo informaram pelo menos dois ministros, compreende também a tentativa de fazer valer uma questão de ordem, a ser apresentada durante a votação do sistema de governo, para que seja feita uma inversão na pauta e se vote, de imediato, o mandato presidencial, em suas duas versões, o atual e o definitivo.

Nas conversas com os governadores, segundo narrou um deles, o presidente Sarney voltou a repetir sua crença de que o melhor para o país, em nome da garantia da transição democrática, é a manutenção do presidencialismo e dos cinco anos de mandato. Pela manhã, o presidente estivera reunido com os líderes do governo na Câmara e no Senado, deputado Carlos

Sant'Anna, e senador Saldanha Derzi, além do líder do PFL, deputado José Lourenço.

"O mandato de cinco anos é tranquilo, vence com mais facilidade do que o regime", anunciou Derzi, que acabou por afirmar que o presidente Sarney está "aberto ao diálogo" e que se não houver um entendimento entre o governo e as lideranças partidárias será por falta de uma proposta por escrito. "Se vierem ao presidente, ele está disposto a conversar. Se houver uma nova proposta o governo vai estudar com muita tranquilidade", disse ele.

Minutos depois, porém, o líder Lourenço desmentia qualquer intenção do presidente em negociar. "Não há negociação. A negociação é no voto. Quem tiver mais voto ganha", afirmou. "Não acreditaram porque não quiseram. Nunca houve intenção de acordo", disse o ministro Prisco Vianna, à tarde, no Planalto.

O entendimento, porém, segundo garantiram auxiliares do presidente, esteve muito perto de acontecer. Até a quinta-feira passada, segundo confidenciou um ministro, as negociações

conduzidas pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, encontrava muita receptividade no Planalto. Tanta receptividade, que alguns ministros como Borges da Silveira e até Paulo Brossard, chegaram a ensaiar acordos para viabilizar o parlamentarismo com cinco anos.

De acordo com Borges da Silveira, o entendimento esbarrou em dois fatos: a Constituinte ter recusado a emenda do voto distrital — "não há como ter parlamentarismo sem voto distrital", disse — e na falta de confiança de que o acordo seria cumprido integralmente na questão do mandato. O grupo do senador Mário Covas, aliás, é apontado por outros ministros como responsável pelo temor do Planalto de que o acordo não fosse cumprido para garantir cinco anos de mandato a Sarney.

Um outro ministro informou que o próprio Ulysses Guimarães sentiu dificuldades de prosseguir com as negociações, na medida em que o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, na manhã de sábado, alertou-o para as dificuldades na área militar em relação aos quatro anos de mandato.

Brasília — Luciano Andrade



Brossard (E) e Antônio Carlos: visões diferentes

## Parlamentarista reage a pressão de governadores

Os parlamentaristas ameaçam: ou os governadores deixam de pressionar suas bancadas para que votem no presidencialismo, como quer o Palácio do Planalto, ou o capítulo referente à reforma tributária, considerado a salvação dos estados, não será aprovado. "Tem muito governador jogando pesado. Se não pararem, nós vamos dar o troco", ameaça o senador José Fogaça (PMDB-RS), parlamentarista.

De acordo com informações transmitidas por Fogaça, as maiores pressões estão partindo dos governadores do Paraná, Hélio Gueiros, de Minas, Newton Cardoso, e do Ceará, Tasso Jereissati. Para ele, a situação mais complicada é a do Ceará. "Lá, quase todos os constituintes são dependentes do governador".

O governador Moreira Franco é presidencialista, mas liberou a bancada do Estado do Rio, com uma recomendação: caso seja derrotada a emenda de Humberto Lucena, tudo deve ser feito para evitar o *buraco negro* ou seja, os deputados estão sendo instruídos a apoiar o parlamentarismo. Preocupado, Moreira cancelou as audiências programadas para a tarde de ontem e passou a acompanhar os entendimentos sobre a votação.

**Pressão** — O governador de São Paulo, Orestes Quércia, passou grande parte da tarde telefonando para constituintes amigos e lhes pedindo que, hoje,

votem pela manutenção do presidencialismo. Quércia não se manifestou sobre a duração do mandato do presidente José Sarney.

Dispostos a dar a necessária sustentação ao presidente José Sarney para aprovar a manutenção do sistema presidencialista de governo e o mandato de cinco anos, 14 governadores que desembarcaram ontem em Brasília fizeram reunião e iniciaram a ofensiva atacando o parlamentarismo e os quatro anos de mandato e até prevendo a formação de uma nova base política para o governo, como fez Alvaro Dias, do Paraná. "É o estabelecimento de uma base política do governo para superar as dificuldades. Uma base que não leva em conta a origem da filiação partidária e sim os interesses nacionais", disse ele, após encontro com Sarney.

O governador da Paraíba, Tarcísio Burty, defendeu na reunião que, caso o parlamentarismo ganhe, deve ser estimulada a realização de um plebiscito, para que o povo dê a palavra final. A declaração mais dura contra o parlamentarismo ficou por conta do governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira: "Parlamentarismo-já é golpe. Seriam pessoas eleitas para legislar assumindo funções executivas". Para o governador Amazonino Mendes, é muito provável que saia uma negociação.

## Presidencialista conta com maioria

Lideranças presidencialistas do PDS, do PFL, do PT, do PDT e do PMDB reuniram-se ontem à noite no gabinete do presidente do Senado, Humberto Lucena, e apresentaram números a favor da manutenção do atual sistema de governo. Na matemática presidencialista, conferindo nome a nome, eles concluíram que têm entre 45 e 55 votos de vantagem, embora corram o risco de não obter os 280 votos necessários à aprovação da emenda Lucena.

"A possibilidade de erro é mínima", garantia o deputado Daso Coimbra, com o *know-how* de responsável pela contabilidade do *Centrão*. Ele prevê para esta votação o quórum recorde da Constituinte. E que apenas 16 dos 559 parlamentares estavam ausentes de Brasília ontem e com o trabalho de mobilização a expectativa é a de que todos cheguem hoje para a decisão sobre sistema de governo. Na opinião do senador Jarbas Passarinho, que chegou a admitir a possibilidade de votar no parlamentarismo, o presidencialismo passa, mas não hoje.

## Conta de Richa não chega a 280

O senador José Richa (PMDB-PR) contava ontem 274 votos certos a favor do parlamentarismo, contra pouco mais de 250 para o presidencialismo (nessa conta, 35 votos estão indefinidos). Ele conversou por telefone com cinco governadores: Henrique Santillo (Goias), Pedro Simon (Rio Grande do Sul), Tasso Jereissati (Ceará), Moreira Franco (Rio de Janeiro) e Miguel Arraes (Pernambuco). Santillo e Simon, parlamentaristas, receberam apelo para resistir às pressões do governo federal; Tasso, Moreira e Arraes, presidencialistas, para que liberrassem suas bancadas.

Richa achava que seria possível chegar aos 280 votos necessários para a aprovação do parlamentarismo. Mas o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) afirmava que nenhuma das duas tendências — parlamentarista e presidencialista — conseguirá, sozinha, os 280 votos.

Pimenta torce para que, rejeitada a emenda presidencialista, o grupo liderado pelos senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e José Agripino (PFL-RN), que reúne 50 votos, passe a apoiar a emenda parlamentarista.



Custódio Coimbra

Cinco anos para Sarney. Mesmo que o resultado seja outro, a viagem valerá a pena

## Governo paga por apoio de favelados

Dez ônibus levam torcida dos 5 anos por Cz\$ 2,5 milhões

Elenilce Bottari

**E**m troca da retirada do lixo, contensão de encostas, creches comunitárias e muitas outras necessidades apontadas no projeto Fala Favela da Secretaria Especial de Ação Comunitária do governo federal, uma caravana de dez ônibus chega hoje a Brasília com representantes de comunidades faveladas do Rio, para uma manifestação de apoio aos cinco anos de mandato para o Presidente Sarney e ao presidencialismo.

Segundo os presidentes das associações de moradores dos morros do Borel, Altamiro Neves; e da Mangueira, José Roque Ferreira, a caravana ficou por conta da Secretaria Especial de Assistência Comunitária (Seac), e foi organizada por um assessor do secretário, Nelson Proença, de nome Ronald. Os custos estão calculados em Cz\$ 2 milhões 300 mil para o aluguel dos ônibus da Itapemirim Turismo, e em Cz\$ 200 mil reservados para a alimentação dos manifestantes, durante as quase 20 horas de viagem. O coordenador da Seac no Rio, Antônio Arbex, no entanto, negou o envolvimento de sua repartição.

**Negociação** — A caravana partiu com mais de duas horas de

atraso, levando cerca de 400 moradores do Borel, Mangueira, Vidigal e Rocinha, entre outras comunidades. De acordo com o combinado, a verba para a viagem só foi entregue em Três Rios, primeira parada da caravana. Segundo Altamiro Neves, o convite para uma "reunião sobre o projeto Fala Favela, em Brasília, foi feito pelo assessor Ronald, por telefone, na noite de sábado.

O presidente do Borel não confirmou que o objetivo principal da viagem fosse a manifestação pelos cinco anos, mas disse que "se negociará esse apoio em troca da liberação de verbas para a execução dos projetos".

Já a diretora do Centro Comunitário do Borel, Eliana Medeiros, confirmou que o convite de Ronald dizia respeito a uma troca: "Nós faremos a manifestação de apoio aos cinco anos para Sarney e, em contrapartida, conseguiremos maior apoio para os nossos projetos comunitários." Ela acrescentou que não tem opinião política sobre o assunto: "O que importa é conseguir ajuda para o povo do Borel".

A maioria das pessoas que está chegando a Brasília hoje, no entanto, não sabe o objetivo da viagem. O presidente da Associação do Morro dos Telégrafos (que também está representando a Mangueira) disse que sua comunidade vai discutir as necessidades do morro, mas, sobre um possível acordo, respondeu: "Claro. Eu, particularmente, apoio o presidente, mas sei que nem todos concordam comigo. Agora, se com apoio aos cinco anos eles garantirem os nossos projetos, nós faremos a manifestação."

**Proibição** — Sobre os critérios de seleção de quem iria viajar, ele disse: "Nós não levaríamos quem jogaria pedra".

De fato, nem mesmo dona Neuma ou Dona Zica sabiam da caravana: "Eles nem me convidariam para uma manifestação a favor do Sarney. Ele já está no poder tempo bastante. Ainda quer mais?", pergunta dona Neuma.

O clima de festa, na hora de partida, terminou quando José Roque proibiu que os escolhidos opinassem a respeito da viagem e o tempo de mandato do presidente da República. Indagado sobre a razão da proibição, ele revoltou-se, acusou os repórteres de agitadores e os expulsou da quadra da Mangueira. Mais tarde, arrependeu-se e pediu desculpas. O motivo do aborrecimento de José Roque foi muitos dos entrevistados terem declarado que querem eleições diretas para presidente ainda em 88 e que só vão a Brasília para pedir verbas para o morro. Elaine Gonçalves de Moraes, 29 anos, contou que perdeu quatro parentes e seu barraco nas enchentes de fevereiro, e que pretende contar isso a Sarney: "Eu sou a favor dos quatro anos e de eleições diretas já, mas se o presidente resolver o meu problema e o da minha comunidade, claro que apoio ele."

Mas nem todos acreditam que a simples visita ao Distrito Federal resulte na liberação de verbas para os projetos comunitários. Por isso, o ex-combatente da Marinha José Araújo Lyra, 65, leva na bagagem um gravador: "Vou gravar todas as promessas das autoridades, pra gente poder cobrar."

## Governo só negocia depois da votação

O governo guarda um trunfo para o caso de não passar um sistema ou outro de governo, na votação do plenário da Constituinte que começa hoje, mas o parlamentarismo ter mais votos: negociar a data de implantação do novo sistema para depois dos cinco anos de mandato do presidente José Sarney. Até ontem, contudo, todo o trabalho de Sarney, seus ministros e parlamentares presidencialistas era para reverter a "tendência psicológica favorável ao parlamentarismo", provocada sobretudo pela reunião do ministro da Justiça, Paulo Brossard, com presidentes de partidos, na sexta-feira passada.

"Vamos ter cerca de 30 votos a mais", aposta o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), que é presidencialista e costuma prever com razoável segurança os resultados das votações no Congresso. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, é ainda mais preciso ao prever margem de 27 votos a favor do presidencialismo, enquanto o ministro da Habitação, Prisco Vianna, dá um dado concreto para mostrar que entre a sexta-feira e ontem houve mudanças de posições na Constituinte: a bancada do PMDB do Ceará, que articulava o "parlamentarismo já, com cinco anos", agora decidiu emprestar 90% de seus votos ao presidencialismo.

**Cacife** — Prisco almoçou ontem com o ministro Borges da Silveira, no Ministério da Saúde, acompanhado por um grupo de parlamentares. Entre eles estava o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), do Centro Democrática que anunciou a mudança de posição de sua bancada durante o almoço e confirmou isso também em conversa com o senador Albano Franco (PMDB-SE). "Na semana passada, o Expedito estava defendendo o parlamentarismo com cinco anos, mas hoje (ontem), me disse que vai votar no presidencialismo", contou Albano, informando, ainda, que o governador Tasso Jereissati estava chegando a Brasília às 17h 30min também para trabalhar nesse sentido.

A intenção do governo, segundo informantes ligados a Sarney, é "ir para o pau em plenário". A expectativa é de que, mesmo com diferenças de votos a favor de um ou de outro sistema, não haverá quórum suficiente para aprovar qualquer dos dois. Assim, quem tiver mais votos terá "mais cacife" para negociar saídas alternativas e uma delas, no caso de o parlamentarismo sair majoritário, é a sua implantação só depois do fim do governo Sarney.

Com essa tese, inclusive, disse um dos informantes, concordou o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, que domingo passado recebeu o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para uma conversa no Rio de Janeiro.